



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 25 DE JUNHO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Roberto Lombá

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 10 horas e 35 minutos.

A 4.ª Comissão Especialidade Permanente procedeu à auscultação dos membros do Movimento da Sociedade Civil, Celisa Deus Lima (Jurista do Movimento Cívico), Jorge dos Prazeres da Conceição (Secretário Associação Comunitária de Porto Alegre), Adelino dos Prazeres da Conceição (Secretário da Associação de Cão-grande) e BastienLoloun (Técnico

da ONG MARAPA). Além destes, entrevistaram os Srs. Deputados Cecílio Quaresma (ADI), Marçal Lima (MLSTP/PSD), Jorge Amado (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI) e Carlos Pinheiro (ADI).

O Sr. Presidente terminou a reunião quando eram 13 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Cecílio Quaresma da G. do Sacramento
Hélder Paquete Lima
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrático (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Jorge Amado
Manuel **Marçal** Lima

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem dos Santos S. **Bragança**

Os Sr. **Presidente** — Antes de mais, queremos saudar o Movimento da Sociedade Civil e agradecer esta vinda à Assembleia Nacional para esta auscultação com a 4.^a Comissão da Assembleia Nacional, sobre os alegados actos de desmatção que ocorrem no Sul do País. A Assembleia Nacional soube da denúncia feita por esta organização ao nível do País e do estrangeiro, por isso, tratando-se de uma questão ligada ao ambiente, consideramos que era necessário auscultar a Comissão, ouvir da sua verdade e, claro também, auscultar eventuais implicados no caso.

Tomamos conhecimento, através dos órgãos da comunicação social, do jornal «*Téla Nón*», na *Internet*, e ouvimos também a reacção de outras entidades, da AGRIPALMA e seu comunicado.

Chamamos a vossa organização porque a Assembleia queria inteirar-se com profundidade sobre essa questão, sabemos que há notícias contraditórias e aqui é a casa do contraditório. Por isso mesmo, cabia-nos chamar o grupo.

Primeiro, não dispomos da vossa carta de denúncia do problema, agradecíamos, se a tivessem disponível, que nos fornecesse, pelo menos um exemplar, e queríamos ouvir de viva voz o que se passa no Sul de São Tomé e Príncipe.

Tem a palavra a Sra. Celisa Deus Lima.

A Sra. **Celisa Deus Lima** (Jurista do Movimento Cívico): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito bom dia. Começaria por identificar os presentes. Estamos cá em representação do Movimento Cívico contra a desflorestação do País, não apenas da zona Sul. Esta comissão é integrada por mim, Sr. Bastien Loloun e por dois elementos da comunidade de Porto Alegre e Malanza, que posteriormente poderão se identificar, e fazem parte de um grupo comunitário organizado, e melhor do que nós poderão também fazer aqui alguns relatos.

Os Sr. **Presidente** — Gostaria que se identificassem e esqueci-me de dizer que as nossas auscultações estão a ser gravadas.

Tem a palavra o Sr. Jorge dos Prazeres.

O Sr. **Jorge dos Prazeres da Conceição** (Secretário Associação Comunitária de Porto Alegre): — Chamo-me Jorge dos Prazeres, sou Secretário da Associação Comunitária de Porto Alegre. Estou aqui para a resolução do problema que afecta a comunidade. Essa situação tem afectado os pequenos agricultores que hoje estão numa situação difícil.

Os Sr. **Presidente** — Tem a palavra o Sr. Adelino dos Prazeres.

O Sr. **Adelino dos Prazeres da Conceição** (Secretário da Associação de Cão-grande): — Chamo-me Adelino dos Prazeres, sou Secretário da Associação de Cão-grande, em Porto Alegre, a minha presença é contribuir também para a resolução dos problemas que nos afecta.

Os Sr. **Presidente** — Tem a palavra o Sr. Bastien Loloun.

O Sr. **Bastien Loloun** (Técnico da ONG MARAPA): — Chamo-me Bastien Loloun, sou técnico da ONG MARAPA e ALISEI, neste momento executamos um projecto de ecoturismo e conservação na zona de Portalegre, em parceria com a Direcção-Geral do Ambiente e o Parque Natural Ôbô de São Tomé. Também integramos este Movimento Cívico, tendo em conta os impactos que as acções da empresa têm tido sobre o nosso projecto e as temáticas que abordamos de maneira transversal na MARAPA e no ALISEI. Para dizer também que a MARAPA investiga os impactos do projecto de AGRIPALMA há alguns anos. Não é de agora que estamos a expor essas preocupações. Estamos a fazer isso em parceria com outras organizações internacionais que também investigaram e observaram essas irregularidades. É nesse sentido que compartilhamos com o Movimento Cívico as argumentações que temos em relação ao impacto ambiental resultante da acção da empresa, os impactos sociais e ao nosso ver também o desenvolvimento económico. Foi na tentativa de juntar os diferentes níveis de contestação que, tanto a nível comunitário como a nível da sociedade civil nacional e internacional, iniciamos esse Movimento Cívico que culminou na entrega de um requerimento para uma providência cautelar junto ao Ministério Público.

Agradeço em nome das ONG que represento a 4.^a Comissão por receber-nos e ouvir as argumentações que hoje vamos expor.

Os Sr. **Presidente** — Tem a palavra a Sra. Celisa Deus Lima.

A Sra. **Celisa Deus Lima**: — Passaria a fazer uma introdução rápida da questão e prestar alguns esclarecimentos, porque entre nós há quem está munido de argumentos de várias ordens, que é o Sr. Bastien Loloun, e posteriormente aos restantes membros da Comissão para fazerem um retrato da realidade que vivem enquanto pessoas que sofrem directamente o impacto do Projecto AGRIPALMA.

O Movimento Cívico é um movimento que surgiu recentemente, insurgindo contra a questão da desflorestação da zona Sul, mas gostaria de dizer que, antes deste movimento espontâneo que hoje é mais ou menos organizado, diversas individualidades e organizações internacionais que tomaram contacto com a nossa realidade, há aproximadamente 2 anos, já vêm se mobilizando e denunciando essa questão. Temos biólogos que estiveram cá em São Tomé e pelo menos dois com os quais temos contacto permanente se disponibilizaram para prestar todos os esclarecimentos. Um deles inclusivamente fez uma tese de doutoramento sobre a questão da biodiversidade. Temos organizações como a *BirdLife International* que, estando no terreno a fazer um trabalho de estudo da nossa biodiversidade, apercebendo-se dos trabalhos da AGRIPALMA e vendo o impacto da actividade da Empresa, também começou a denunciar a situação a nível internacional.

Este Movimento Cívico, contrariamente ao que algumas vozes têm dito, não é um movimento do contra, não é um movimento de pessoas irresponsáveis, não é um movimento de cidadãos que pretendem, do nada, fazer parar um investimento dito estruturante para a zona Sul do País. O Movimento, ao assumir esta posição de contestação, fê-lo com base em vários argumentos de ponto de vista ambiental, social e económico. Analisamos e tentamos reunir um conjunto de documentação que pudesse nos permitir fundamentar devidamente os nossos argumentos.

Trouxemos para os Srs. Deputados um conjunto de documentos que acreditamos ser importante nesta tarefa de auscultação e que poderá contribuir para um melhor esclarecimento, documentos de suporte técnico e não só, e do ponto de vista jurídico nos apercebemos que algumas questões se levantam relativamente aos contractos, quer de concessão, quer de investimento que foram celebrados pelo Estado e esses contractos constam do dossier que apresentamos.

As questões são várias, não tenho tempo para esgrimir esses argumentos, facilmente poderão contestar, mas eu ia resumir apenas algumas questões que nos ressaltaram logo à vista. O Estado é sócio da sociedade AGRIPALMA, portanto, a empresa é constituída por uma sociedade designada STP Investment, SA, detentora de 88%, e o Estado são-tomense é possuidor de uma quota no valor de 12%. O Estado são-tomense, como obrigações, ia colocar à disposição da Empresa AGRIPALMA todas as infra-estruturas da antiga Empresa EMOLVE e os terrenos adjacentes, num total de aproximadamente 5 hectares. A renda anual por hectare que o Estado cobra são 7 euros.

O Sr. **Presidente**: — Sete o quê?

A Sra. **Celisa Deus Lima**: — Por cada hectare o Estado recebe anualmente 7 euros. Neste mesmo contrato de investimento, o Estado, por derrogação – estou a citar o termo empregue no contrato – concede à AGRIPALMA a possibilidade de hipotecar estes bens da Empresa AGRIPALMA, no todo ou em parte, bem como os terrenos para efeito de financiamento, ou seja, o Estado concede 5% da área total do seu território – e um território que é importante que se diga, porque somos uma ilha – a uma empresa para ir buscar financiamento, sendo ela apenas detentora de 12%. O Estado concedeu uma série de incentivos fiscais não previstos na lei, a ponto de o Tribunal de Contas, constatando e tendo dúvidas sobre este mesmo contrato de investimento pedir informações à Direcção de Tesouro e Património e até a presente data essas informações não foram concedidas. Portanto, o contrato de investimento da Empresa

AGRIPALMA não foi visado pelo Tribunal de Contas. Neste momento ainda não foi visado, o que significa que esse contrato é ineficaz de ponto de vista jurídico.

Para fazer um esclarecimento, do ponto de vista jurídico, os contractos de investimento, à luz do Código de Investimento Estrangeiro, que é citado neste mesmo contrato, o investidor depois de ter a concessão deve elaborar o dossier em cinco vias, submeter ao Ministério do Plano e Finanças, esse Ministério submete os diversos dossiers às direcções com competência na matéria, os técnicos das respectivas direcções emitem os competentes pareceres, há uma aprovação do projecto e é bom que se diga que esse projecto deve ter um estudo do impacto ambiental devidamente detalhado, estudo da viabilidade económica, estudo do impacto social e obedecer às regras. Depois da aprovação do projecto de investimento pelo Ministério de Planeamento e Finanças, aí sim é celebrado o contrato de investimento, mas no caso vertente não foi o que aconteceu. Houve assinatura de um contrato de concessão e logo a seguir assinatura de um contrato de investimento.

Queremos fazer apenas um reparo que os contractos foram assinados em 2009. Sabemos que se tentou constituir a Empresa AGRIPALMA na Direcção dos Registos e Notariados, obtendo isenções, essa constituição não chegou a ser feita e a AGRIPALMA só veio a constituir-se como pessoa jurídica no ano 2010. No dossier não consta, por lapso, o registo da sociedade AGRIPALMA, mas poderemos fazer chegar à 4.^a Comissão, se assim entenderem.

Do ponto de vista jurídico, entendemos que o processo foi todo ele muito pouco transparente e, mais do que isso, temos razões para acreditar que esse contrato é extremamente lesivo ao interesse público. Para o Movimento Cívico este contrato, tal como está configurado, não serve aos nossos interesses. Portanto, movido por essas incongruências, não só ao nível estritamente jurídico, acrescido de várias violações das leis ambientais que constatamos e do problema social que a execução do próprio processo tem levantado a nível das comunidades, o Movimento entendeu que devia requerer ao Ministério Público a providência cautelar de suspensão das obras de desflorestação de forma que fosse feita uma reavaliação do projecto na sua globalidade e só depois poderia ter a sua continuidade.

Numa conferência organizada no dia mundial do ambiente pela Direcção do Ambiente, em que estivemos presentes, foi dito publicamente pelos técnicos das diversas direcções que no âmbito desse projecto não foram tidos nem achados; que as direcções não tinham meios técnicos para acompanhar os trabalhos de desflorestação. O ritmo da desflorestação é tão assustador que as direcções não conseguiam acompanhar e na prática não sabiam o que se estava a passar. Prova disso é que depois de o Movimento ter denunciado a situação, criou-se uma comissão *ad hoc*, integrada por diversos directores, para se deslocarem ao local. Se a comissão inter-direcções estivesse a funcionar, bastaria que tivesse apresentado um relatório e não haveria necessidade de se criar essa comissão *ad hoc* que, tendo-se deslocado ao local, constatou que várias reivindicações do movimento estavam a ocorrer.

Queria dizer também que o Estado, ao concessionar essa área, fê-lo através de régua e esquadro, provavelmente, num gabinete. É esta explicação que encontramos para que tivesse sido atribuído à empresa AGRIPALMA 250 hectares, dentro do Parque Natural Ôbô. E a empresa AGRIPALMA não entrou no Parque Natural Ôbô porque a Direcção do Ambiente, apercebendo-se da situação, fez parar as máquinas a tempo. Existem documentos que o comprovam, não somos nós que o afirmamos, a própria Direcção Geral do Ambiente, através do seu Director, poderá confirmar e isto até foi dito publicamente.

São essas as várias incongruências que encontramos, do ponto de vista jurídico, que para nós só por si justificariam a apresentação de uma petição ao Procurador-Geral da República para que, na defesa dos interesses difusos, fossem suspensas as obras. Entendemos que a zona Norte, pelas características, não é uma zona de floresta, o coração de São Tomé é a zona Sul.

Quando vendemos o nosso turismo, a nossa imagem de marca é a zona Sul e entendemos que neste momento com um projecto desses, sem qualquer controlo, é uma fraude, estaremos a vender um produto que já não poderá existir do ponto de vista turístico. Compreendemos que de facto a zona Sul é a mais pobre do País e que a população necessita de emprego e de melhores condições de vida. Somos solidários com os nossos irmãos do Sul, mas o que entendemos é que esse desenvolvimento deve ser harmonioso, de forma que não seja posta em causa a nossa biodiversidade. Por isso, entendemos que nesse processo, tal como tem sido conduzido, há muito pouca transparência e a vários níveis.

Portanto, devemos sentar-nos à mesa, rever o dossier e corrigir o que ainda vai a tempo de ser corrigido, sob pena de destruímos completamente a zona Sul do País. Podemos até questionar, do ponto de vista económico, o desenvolvimento estratégico, se é a produção de palmeiras que vai desenvolver o Sul do País.

Assistimos recentemente o Sr. Primeiro-Ministro a ser condecorado pela FAO por termos reduzido a pobreza e termos atingido um dos objectivos do milénio. Não foi alimentando do óleo de palma e nem plantando palmeiras que conseguimos isso. Conseguimos isso pela via do cacau biológico, do café, da agricultura biológica, de outros seguimentos que entendemos que deve merecer a devida atenção por parte das nossas autoridades, sob pena de ser um contra-senso quando falamos em segurança alimentar. E temos receios de acreditar que a segurança alimentar do Sul esteja posta em causa, porque hoje já temos a população de Ribeira Peixe a deslocar-se a Porto Alegre para ter acesso a fruta-pão. Este é apenas um dos

exemplos que poderíamos dar para além de muito outros que creio que os nossos colegas aqui presente poderão retractar da melhor maneira.

O que o Movimento acima de tudo pretende, que isso fique bem claro, e temos tido o cuidado de fazer passar essa mensagem, é que nós não queremos que infelizmente haja mais investidor que saia do país, mas estamos cansados das opções erradas que são feitas pelos nossos dirigentes e governantes, que não têm servido efectivamente os interesses da população, e queremos dizer «basta, a sociedade civil existe, ela deve ser ouvida». Os nossos dirigentes têm um mandato que é conferido por nós e queremos que a governação se faça em harmonia, tendo em conta os diversos interesses.

Poderíamos dar exemplo de vários projectos que até hoje não viram a luz do dia e estamos verdadeiramente cansados. Já temos o caso da Terminal Link, em que perdemos a nossa memória colectiva, não temos onde chorar os nossos mortos e não sabemos onde para a Empresa Terminal Link. O Estado são-tomense foi condenado a pagar 3000 milhões de dólares no caso SINERGI. Estamos efectivamente cansados das más opções que são tomadas pelos nossos governantes.

Ultimamente quatro cidadãos morreram no acidente do Navio Tornado e há 2 anos o Estado são-tomense gastou aproximadamente 1,2 milhões de euros na compra de um navio, que na altura todas as vozes levantavam e diziam que aquele navio não servia para as nossas águas e ainda assim foi adquirido. Seguramente estará a ser vendido um dia desses por 50 000 ou por 100 000 euros. Portanto, a sociedade civil anda verdadeiramente cansada e é altura de fazermos um apelo aos Srs. Deputados porque aqui é a Casa do Povo, é aqui onde se exerce verdadeiramente o contraditório, é aqui onde são aprovados os diplomas, onde são tomadas as decisões e queremos que o Parlamento seja verdadeiramente representativo dos interesses do povo.

Fazemos um apelo aos Srs. Deputados que exerçam verdadeiramente o vosso papel, porque não é possível o País continuar na situação em que se encontra.

Não gostaria de me alongar mais e peço ao Sr. Presidente para passar a palavra ao meu colega Bastien Loloun, que terá seguramente muitas coisas para dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Bastien Loloun.

O Sr. **Bastien Loloun**: — Sr. Presidente, gostaria de passar algumas informações de carácter ambiental do projecto. Efectivamente reivindicamos de que o estudo do impacto ambiental não seguiu as normas estabelecidas no decreto regulamentar sobre essa modalidade. O processo de auscultação pública não foi implementado e também consideramos que o documento produzido não constam todos os elementos suficientes para que a Direcção Geral do Ambiente possa emitir uma licença ambiental com conhecimento de causas e efeitos.

Baseamos esta constatação na consulta de artigos científicos publicados sobre o uso do solo em São Tomé, sobre o estado da biodiversidade no Distrito de Caué, sobre as espécies endémicas que constituem o património ameaçado de São Tomé.

Em Outubro do ano passado, a MARAPA solicitou à Direcção Geral do Ambiente uma cópia do estudo do impacto ambiental, que foi fornecido, consta no dossier que foi entregue. Consideramos esse documento muito sucinto e muito leve na argumentação sobre impactos. As medidas de mitigação propostas pela empresa neste documento não ultrapassam 15 linhas. Para um projecto dessa magnitude, poderíamos exigir um nível de compensação e medidas de mitigação maior. No estudo não consta reflexões sobre o impacto do projecto sobre a hidrografia, sobre a poluição de afluentes e em particular, sobre o estado da biodiversidade que vai ser afectada pelo projecto.

Nas últimas argumentações das partes interessadas neste projecto, na comunicação social, puderam ver que lá não se está a desflorestar, mas sim limpar parcelas abandonadas. Queremos contradizer esta argumentação. A diferença entre a floresta primária e a secundária está bem na documentação científica. Uma floresta secundária é aquela que recebeu alguma intervenção do homem, mas que regenerou-se após um longo período de pousio e se o processo de regeneração for suficiente apresenta características de biodiversidade similares a floresta primária. Tudo isso consta na tese de doutoramento apresentado em 2012 por Ricardo de Lima, que é o professor da Universidade de Lancaster, que fez uma tese sobre os efeitos do uso do solo sobre a biodiversidade endémica em São Tomé. Não vou entrar em detalhes, mas analisando esse documento — que depois vos posso fornecer —, vê-se que as florestas secundárias apresentam características de biodiversidade em particular as endémicas — que é nosso património único —, similares à floresta primária. Por isso, o argumento que utilizamos para dizer que a floresta secundária é uma antiga parcela abandonada não é válido no estudo do impacto ambiental e é por isso que pedimos que o estudo do impacto ambiental seja reavaliado, constando as informações científicas mais actualizadas possíveis e envolvendo peritos conhecedores realmente da matéria. Indo mais além, no momento do início das obras, em 2011, no início das negociações para a implementação do projecto das palmeiras, já existiam estudos em curso, censos, transactos, recenseamentos de aves endémicas, em particular, reconhecidas pela IUCN como nível mais alto de ameaça. A IUCN é uma organização internacional que dispõe de uma lista vermelha de espécies ao nível mundial, na qual constam três espécies de aves endémicas de São Tomé, nomeadamente, o picanço, a galinhola e o anjoló.

Essas três espécies representam um nível na escala de ameaças mais elevado, que é o criticamente ameaçado. Para dizer que o próximo nível na escala é extinto. Esses censos realizados pela BirdLife em parceria com uma ONG são-tomense, a ABS, Associação dos Biólogos São-tomense, na altura, entre 2009 e 2011, chegou à conclusão que para o caso da galinhola, por exemplo, o estimativo da população dessa espécie não ultrapassa 250 indivíduos; a estimativa da população do picanço não ultrapassa 50 indivíduos. Estamos perante espécies que estão no nível crítico de ameaça. E essas espécies foram observadas não somente dentro do Parque, mas também fora do Parque, em áreas que foram concessionadas para a AGRIPALMA. Então, nós achamos que minimamente no domínio do estudo do impacto ambiental devia constar pelo menos uma menção dessas espécies e um estudo pormenorizado. Tendo em conta a sensibilidade desse assunto para a comunidade científica, devia constar essas observações, as medicações e compensações, mutuamente, propostas pela AGRIPALMA.

O outro aspecto que queremos levantar é que no projecto apresentado pela SOCFINCO, empresa consultora da AGRIPALMA, na implementação do seu projecto, apresentaram um projecto estratégico para o desenvolvimento da zona Sul. No capítulo de sustentabilidade do projecto, nós vimos que a SOCFINCO é uma empresa belga com grande experiência ao nível internacional sobre a plantação e a implementação de palmares, que tem interesses em vários países da Ásia e na nossa sub-região. Essa empresa intervém como conselheira da AGRIPALMA a nível técnico, na implementação da plantação e essa empresa foi solicitada para produzir o plano de investimento, o *business plan*, e no capítulo de sustentabilidade evoca o respeito durante a implementação do seu projecto, de princípios e critérios, *standart* internacional da RSPO. Esses princípios engajam as empresas que fazem parte dessa iniciativa – e a SOCFINCO faz parte dessa iniciativa – a respeitar os princípios:

1. De compromisso com a transparência;
2. De conformidade com as leis e normas;
3. Compromisso com a viabilidade económica;
4. Uso de boas práticas de produção para plantadores de palmares e produtores do óleo de palma;
5. Responsabilidade ambiental de conservação de recursos naturais e biodiversidade, – esse é um dos envolvimento de que estamos a falar – responsabilidade social para com os funcionários ou indivíduos, comunidades afectadas e outros produtores associados; e
6. Desenvolvimento especial de algumas plantações e o compromisso com a melhoria contínua.

É importante dizer que o quinto princípio, de responsabilidade ambiental diz que se na área concessionada existem indícios de presença de espécies justamente com o nível de classificação CR, então essas áreas são consideradas de alto valor para conservação. É um termo técnico e não se pode implementar plantações nessas áreas. Então, nós alimentamos que no estudo do impacto ambiental as áreas de alto valor para conservação não foram bem definidas. A própria AGRIPALMA se comprometeu em respeitar essas áreas de alto valor para conservação, mas não existe em nenhuma das documentações a que tivemos acesso a nível da Direcção-Geral do Ambiente uma definição clara e argumentada de onde estão essas áreas.

Voltando à questão da floresta secundária, na zona Sul, é um pouco incorrecto dizer que toda a área da zona Sul era coberta de plantações no tempo colonial. Havia áreas de cacauzal, de cafezal, de coqueiral, de palmares, inclusive, mas havia muitas áreas que foram deixadas em estado primário, e basta ver os mapas que temos mais recentes sobre a cobertura vegetal do País, para ver que nas zonas que foram concessionadas constam zonas de floresta primária e floresta secundária altamente regeneradas. E nós não vimos isso transparecer em nenhum dos documentos fornecidos pela Direcção-Geral do Ambiente, pela AGRIPALMA ou pela Direcção-Geral da Agricultura. Daí a nossa reivindicação para se fazer uma reavaliação do estudo do impacto ambiental, que a AGRIPALMA e os seus conselheiros forneçam todas as informações que têm, se têm, nós duvidamos porque senão não teriam feito cortes dessa maneira, e que se comprometam em respeitar os princípios que norteiam o projecto da RSPO, porque é muito bonito chegar e dizer: «nós vamos respeitar esses critérios reconhecidos internacionalmente e obter vantagens com base nesses engajamentos», e depois no meio do caminho não respeitá-los.

Continuando sobre esse aspecto, julgamos que nesse estudo do impacto ambiental dever-se-ia também considerar os impactos indirectos do projecto. Quando falo dos impactos indirectos do projecto, são os efeitos que a abertura de áreas e também de estradas têm sobre os acessos ao Parque Natural Obô. Nós, em nenhum momento, dissemos que a AGRIPALMA entrou no Parque Natural Obô. Isso não é verdade. Soubemos parar no limite estabelecido pela Lei n.º 6/2006, a jurisdição do Parque. Em nenhum momento efectivamente a AGRIPALMA entrou, apesar de ter sido concessionada. A própria AGRIPALMA deu-se conta de que 250 hectares estavam na sua concessão, voltou atrás, pediu uma compensação. Agora, esses 250 hectares têm que ser encontrados em outra zona, que aumenta a pressão sobre outras áreas da zona Sul, mas em nenhum momento entraram no Parque. Contudo, a aproximação ao Parque, a abertura de acessos implica o aumento de acessos à floresta primária, o aumento de acessos aos madeireiros, aos caçadores e aos exploradores dessa zona. E não consta do estudo de implementação do projecto sobre o impacto ambiental nenhuma mitigação de medida de controlo desses acessos e de garantia de que a abertura dessas grandes áreas nas zonas limítrofes do Parque não vai causar impactos e deslocação de esforços de caça ou de exploração de madeiras dentro do Parque. Também o corte de essências florestais

na zona concessionada, tão secundária que fosse, significa uma redução do *stock* de matéria de essências com valor comercial na zona Sul, aumentando, portanto, a necessidade de redistribuir o esforço de obtenção de madeiras comerciais em outras áreas do País. Isso também não foi avaliado nem mitigado.

Portanto, no ponto de vista ambiental é isto. Nós temos tido acesso a mapas actualizados produzidos pela BirdLife Internacional e nós temos indicações de que hoje em dia são cerca de 1 500 hectares que foram derrubados, incluindo as antigas zonas da EMOLVE.

O projecto contempla o derrube de áreas, incluindo Santo António Mussacavú, a zona de Vili, que no nosso ponto de vista, no ponto de vista da comunidade científica, contém manchas de zonas de alto valor para conservação, que inclui espécies endémicas não só de aves, mas também de plantas e outras espécies que constituem a nossa riqueza biológica e devia-se fazer uma avaliação, antes que seja tarde, das zonas que vão ser desflorestada para o efeito.

Nós nos mobilizamos para vos fornecer os mapas actualizados, os estudos científicos publicados e registos palpáveis sobre o estado da nossa biodiversidade, sobre os impactos da intervenção da AGRIPALMA e apelamos a uma melhor cautela por parte do projecto e do Estado no seguimento das orientações desse projecto, para o respeito dessas riquezas, porque nós consideramos que plantar palmeiras é uma estratégia que foi optada, mas ela não deve impedir o aproveitamento de outros recursos, nomeadamente, a riqueza biológica, que é um recurso. Nós temos que conservar isso, não só pelo facto de ser um património nacional, mas também pelo facto de constituir também meios de obtenção de produtos não oleosos. Produtos não oleosos são produtos que provêm da floresta, mas não têm a ver com as comerciais. Estamos a falar de plantas medicinais, estamos a falar de animais de caça, estamos a falar do vinho da palma que também é fonte de subsistência para muita gente lá e outros serviços que a floresta presta à colectividade – protecção da bacias geográficas, captação do carbono, etc. Todos esses benefícios não foram avaliados no estudo do impacto ambiental e hoje achamos que havia a possibilidade de ter lado a lado projectos que se complementem sobre essa matéria. O projecto estruturante é muito bem-vindo a partir do momento em que não sacrifica a possibilidade de outros projectos estruturantes desaparecerem na zona e que não impedem o País de aproveitar algumas oportunidades já identificadas.

Vou passar agora a palavra aos colegas do grupo comunitário, mas queria só dizer uma última coisa. O grupo comunitário que os meus colegas representam é constituído em Porto Alegre há mais de 1 ano, é composto por três líderes comunitários. A MARAPA também se integrou ao grupo desde o mês de Dezembro, no âmbito das suas actividades na zona Sul. Então, achamos por bem convidá-los para que eles possam também falar-vos sobre as contestações a nível local.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Jorge dos Prazeres.

O Sr. **Jorge dos Prazeres da Conceição** (Secretário da Associação da Comunidade de Poto Alegre): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço pelo convite que nos foi feito para podermos participar na resolução de certos problemas que realmente estão a afectar a nossa comunidade. Esta comunidade é uma comunidade organizada desde 1999 junto com a ONG Zatona-Adil que nos ajudou nessa organização. A associação trabalha ligada à comunidade para ajudar na resolução de certos problemas e também proteger a estrutura física que existe na comunidade, de forma a estarmos mais unidos. E assim segundo esse projecto de AGRIPALMA inserido na comunidade de Porto Alegre e antes disso em Porto Alegre ouvimos sempre AGRIPALMA, AGRIPALMA, AGRIPALMA e nós como temos a paisagem e que está sendo destruída lá na EMOLVE aí reunimos e discutimos esse assunto. E assim dissemos que esse projecto não pode chegar a Porto Alegre. Então discutimos sempre na Associação IÓGO e outras associações que existem lá. Temos uma reunião comunitária em que reunimos e discutimos sobre aspectos que emergem nessa comunidade. Então chegou um certo momento que nós necessitávamos da presença do governo, recorremos ao Ministério da Agricultura e pedimos uma reunião com o Sr. Director Carlos Pascoal e na altura não havia possibilidade. E assim voltamos à zona. Numa reunião de anos atrás que tivemos com o ministério, dissemos a eles que em qualquer situação em que quisessem intervir na comunidade, era bom que reunissem com a comunidade, de forma que todos juntos pudéssemos tratar do problema dentro da comunidade. De repente vimos o carro do Ministério passando da comunidade e dissemos «como é possível»? O ministério vem, passa, não dá satisfação e não faz nada e vai embora. Então aí começou a levantar descontentamento, porque ouvimos por alto que o Estado já tinha deliberado algumas partes da zona de Porto Alegre para a AGRIPALMA. Correndo uma semana, apareceu o Sr. Cedrique, na altura com a sua esposa, para fazer negócio com a comunidade. E assim a comunidade manifestou descontentamento, até que houve um indivíduo que também pegou no machim, ameaçando. E nós como associação dissemos que isso era mau e o meu colega apazigou a coisa. E assim foram-se embora.

O Sr. **Presidente**: — Isto foi em que altura mais ou menos?

O Sr. **Jorge dos Prazeres da Conceição**: — Isso foi em 2011.

O que é que aconteceu? Os senhores da AGRIPALMA foram encostar com o ministério de Agricultura, eu não sei de que forma como foi, se é manipulado ou não. E os Srs. José Alemão e José Alice enviaram

uma equipa da Agricultura junto com o Sr. Director Carlos Pascoal, que apareceram sem marcar e nem ter dito nada, dizendo que queriam falar com a comunidade. Assim esforçamos e convidamos todas as pessoas. Disseram que vieram para fazer levantamento das roças e aquilo que existe dentro das roças para serem indemnizados por aquilo que existe dentro da parcela. Então houve descontentamento das pessoas que disseram que isso não pode ser assim, uma vez que a terra foi dada devemos no primeiro lugar negociar uma outra maneira e não da forma que queriam. Aí alguém perguntou qual era o preço. Disseram que não sabiam o preço, porque era coisa do Estado. Então dissemos que ficaria assim. «Vocês vão fazer o levantamento e depois devem reunir a população de novo para averiguar as coisas. Nem se passou 1 semana, só ouvimos que as máquinas já estavam a derrubar as parcelas, desflorestando. Quando os pequenos agricultores tomaram realmente certeza de tudo foram para parcela e encontraram tudo desflorestado. A comunidade reuniu-se de novo com a associação comunitária, onde Bastien também participa, fizemos uma carta para o Ministério, pedindo a presença do Sr. Director e do Ministro da Agricultura, mas não houve resposta. Assim, tomámos a nossa iniciativa, indo até ao Ministério e falámos com o Sr. Director Carlos Pascoal, que mandou-nos ir de novo para a roça, porque não houve possibilidade de falar com o senhor ministro. Após tudo isso, o ministro chamou-nos para um encontro. Chegando lá, o senhor ministro disse-nos que a terra é do Estado e o estado faz com ela o que quiser. Aí o meu colega respondeu: «O que o senhor ministro está a falar agora pode causar conflito. Porquê? Os senhores não fizeram o trabalho de casa. Como governo, os senhores não fizeram trabalho de casa. O Estado sabe que é uma comunidade que realmente é extremamente pobre, como dizem, e nós carecíamos de condições financeiras, porque vivemos na base de agricultura, pesca e pecuária, que é muito débil, muito fraco e graças a Deus por tudo, Deus tem-nos ajudado. Temos plantado e isso tem ajudado. O senhor ministro disse-nos que como membros de associação não podíamos falar assim, porque estávamos a representar a associação. E dissemos «não, temos que defender a causa do nosso povo. E assim fomos e demos o resultado da reunião à comunidade e convidamos de novo o senhor ministro. O senhor ministro foi até Porto Alegre, onde reunimos com toda a população em maior parte e ele começou a fazer algumas declarações, começando a dar alguma segurança, garantindo na altura em que estivemos, foi no dia 25 de Maio de 2013, que num prazo de 8 dias iria haver uma indemnização aos pequenos agricultores. Aquelas pessoas de quem foram tomadas as terras.

O Sr. **Presidente**: — Uma indemnização?

O Sr. **Jorge dos Prazeres da Conceição**: — Sim. Ele garantiu isso. Está aí uma testemunha da reunião. Um colega que participa nessa mesa disse para ele que era um truque. Aí o ministro disse: «baixa um pouco a emoção, não me pode tratar assim», começando a dar desculpas. O meu irmão respondeu que não acreditava nas suas palavras e eu tomei a palavra dizendo: «senhor ministro, conheço muito bem o senhor desde ZATONA-DILL. O senhor é um homem trabalhador, não faça com que as suas palavras possam causar vergonha para si». Ele disse que não problema, que em 8 dias podíamos contar com a indemnização das parcelas de terra. Já lá vão Maio, Junho e até agora nada se resolveu. E a população está a manifestar descontentamento e já decidiu que se o Estado não tomar em consideração a situação para resolvê-la o mais breve possível, as pessoas que possuem os seus títulos de terra vão ter que plantar nas suas terras. É essa decisão que as pessoas tomaram e nós, como direcção, não vamos contra, porque eles decidiram. Estamos aqui para resolução do problema. Realmente a agricultura faz parte da zona Sul e a zona Sul vive de agricultura. Meus senhores, o assunto está muito sério na zona. Nós sofremos bastante e em particular os senhores de AGRIPALMA estão a utilizar fertilizantes nas áreas onde temos a captação de água. Eles estão a desflorestar tudo. Nós tomamos a nossa água numa zona chamada Monte Rico, onde as máquinas estão a entrar. Se vão desflorestar tudo, o que será da nossa vida comunitária? Não vamos ter água daqui há algum tempo e por isso peço aos Srs. Deputados, – muitas vezes nós assistimos as vossas decisões, a maneira como discutem os problemas– em nome da comunidade, que façam o vosso trabalho, porque o povo espera que os Srs. Deputados gastem tempo aqui para discutirem o problema do povo são-tomense e que façam um bom trabalho, apareçam e façam visitas e vejam como as coisas estão, porque não estão de bom grado. Passei pela zona e vi a situação, não gostei e fiquei muito triste. A Senhora porta-voz da AGRIPALMA disse, através de Telejornal, que somos mentirosos, sabendo que é um assunto real das coisas que estão a acontecer. Pensei que ela iria estar aqui e que diria isso na cara dela que em contrapartida é ela que é uma mentirosa. Porquê? As pessoas vivem na comunidade, andam e vêem tudo, e inclusive dizem que não estão a utilizar fertilizante. Uma moça que trabalha na área de fortalecer as plantas com fertilizantes teve um corte e utilizou mal o fertilizante, causou problemas físicos nela. Ela ficou em casa meses por causa do uso do fertilizante, que afectou o seu corpo. E mais, um jovem ficou 2 meses em casa. A AGRIPALMA não respondeu a favor dessas pessoas, não contribuiu em nada. Meus senhores, não estamos contra a AGRIPALMA nem contra o Estado, mas que façam bom trabalho ajudando a população. O que a população espera de vós é realmente esse bom trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Adelino dos Prazeres da Conceição.

O Sr. **Adelino dos Prazeres da Conceição** (Secretário da Associação da Comunidade de Porto Alegre): — Obrigado pela oportunidade que me dão. Eu e o meu colega estamos aqui para dar a conhecer à mesa da reunião a respeito da nossa comunidade. No que diz respeito a AGRIPALMA, pelo visto desde início quando foram à comunidade demonstraram alguns pontos estratégicos e isto não agradou a comunidade, porque fizemos reparo que a AGRIPALMA em nada veio beneficiar a comunidade. Quando eles apresentaram os seus pontos estratégicos em termos de investimento na zona Sul, desde o início isso causou muitos problemas. Certamente se eles percebessem, deviam retirar-se ou ausentar-se pelo menos um pouco, a fim de analisar a preocupação que a comunidade manifestou. Nessa situação houve até ameaças, como o meu colega tinha dito.

Em princípio o que nos fez chegar aqui é que sentimos que os nossos direitos estão em causa. Por exemplo, somos possuidores de terras por um direito legal e hoje eles praticamente estão a ser violados. É um património nosso e temos documentos que constam que essas parcelas foram-nos dadas e hoje estão a ser tomadas praticamente de mão beijada, sem satisfação, como se diz. Querem tomar a nossa parcela e manter-nos calados, porque não temos voz. E agora a comunidade avisa que as parcelas que foram ocupadas pela AGRIPALMA, se o Governo não indemnizar as pessoas, iremos tomá-las de volta, porque é lá onde há garantia do nosso futuro; é lá onde podemos também investir, tendo em conta as poucas possibilidades, mas a nossa esperança é investir nas parcelas, porque é nossa garantia.

Nós também queríamos apelar aos Deputados, como o meu colega tinha dito, que na zona de capitação de água também está a ser desbravada pela AGRIPALMA e sabemos que o desbravamento daquela área pode provocar desequilíbrio no ambiente. Assim, gostaríamos que esse processo de trabalho não prejudicasse a comunidade, porque o investimento naquela área pode pôr em causa a nossa água. A floresta é uma fonte de protecção contra catástrofe ambiental e caso se desflorestar ou desbravar pode pôr em risco as nossas nascentes, as nossas fontes de água. Apelamos que os senhores de direito, os Deputados e o Governo nos possam ajudar na defesa dos pequenos agricultores e da população de Porto Alegre.

Quero também confirmar aqui que não estamos contra a AGRIPALMA. O desenvolvimento do Distrito é algo que devemos respeitar, mas também que se respeite o espaço físico que compete à população. Por exemplo, os senhores que estão cá na mesa certamente não vêem nada que se está a passar. Nós estamos lá mais próximo dos acontecimentos. Na zona de Malanza, há um espaço que futuramente poderá servir para a construção de habitação para os moradores daquela zona e é mesmo naquela zona que a AGRIPALMA está a querer fazer o seu investimento. Agora pergunto, se eles ocuparem aquele espaço, que será da população em redor? É também a zona onde os viateiros extraem o seu vinho da palma para sustento das suas famílias e aquela mesma zona que está a na perspectiva de derrubação.

Confiantemente, espero que como já foi dito aqui pelo Sr. Bastien Loloun, pela nossa amiga Celisa Deus Lima e pelo meu colega, que os dirigentes do País tomem isso em consideração o mais rápido possível, porque estamos a ser afectados, nós é que estamos a sentir na pele os problemas. Até que o problema aqui não é falta de emprego, é que isto põe em causa mesmo a situação da família, a situação ambiental e tudo mais. Acho que a maioria das coisas já foi argumentada cá e quero dar oportunidade ao meu colega Bastien Loloun, que vai dar seguimento à palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Bastien Loloun.

O Sr. **Bastien Loloun**: — Sr. Presidente, vou concluir listando as reivindicações do movimento. É um documento que depois podemos fornecer, onde estão todas essas constatações e observações que já argumentamos até agora.

Primeiro, numa abordagem ambiental, nós pedimos uma suspensão temporária no derrube de árvores, como forma de podermos proceder a estudos complementares em determinadas áreas consideradas sensíveis, na zona Sul.

Segundo, queremos uma lista exaustiva das irregularidades observadas pela equipa multisectorial no terreno, tal como consta das declarações do Director-geral da Agricultura e esclarecimentos sobre as medidas de compensações identificadas que se ajunte as mãos no plantio de árvores e na recuperação de lixos ecológicos, das margens de rios, etc.

Terceiro, maior transparência por parte da AGRIPALMA e do Ministério da Agricultura com relação aos critérios de identificação das áreas a serem derrubadas, em particular nas potenciais áreas de auto valor para conservação, como supostamente identificada pela empresa, mas que não consta em nenhum documento até agora obtido, e seguindo os padrões internacionais para o efeito.

Quarto, revisão da lista de biodiversidade que aparentemente a AGRIPALMA tem feito, com base num estudo actualizado, envolvendo peritos independentes e com experiência reconhecida na área de intervenção da zona Sul.

Quinto, maior colaboração por parte da AGRIPALMA nos esforços de motorização e controlo dos acessos ao parque por caçadores, madeireiros e outros interessados.

Sexto, garantias e engagements claros com relação aos resultados e recomendações dos estudos a serem realizados e eventual contribuição da empresa na conservação da biodiversidade dentro e fora dos limites do parque.

Abordagem social.

Primeiro, divulgação pública e detalhada das áreas de concepção já distribuídas e previstas dos lotes e das roças, bem como do estudo do impacto socioeconómico que foi mencionado na comunicação social, mas que nenhuma instituição pode fornecer-nos, e por isso não temos acesso às medidas de mitigação e compensação previstas nesse estudo de impacto socioeconómico. Sabemos que existe no plano de investimento da AGRIPALMA um plano para benefícios sociais destinado às comunidades da zona Sul, nomeadamente a construção do hospital, cresce, escola, etc., para além de outras bem-feitorias que até a data não foram apresentadas, nem sequer foram negociadas ou estudadas em parcerias com outras entidades conhecedoras da matéria, o Ministério da Saúde e também os parceiros de desenvolvimento, o PAM, Nações Unidas, etc., que também têm os seus planos para a região.

Queremos também a criação de mecanismos de comunicação entre o Ministério da Agricultura, a AGRIPALMA, o poder local, que não foi nem tido nem achado em nenhuma parte do processo, e as associações comunitárias das comunidades ribeirinhas da Conceição, não só Porto Alegre e Malanza, mas também desde Dona Agosta até Ribeira Peixe. Queremos também um esclarecimento sobre a política de emprego e o plano da empresa com relação às infra-estruturas sociais anunciadas no plano regional e agro-industrial, oitocentos empregos. Queremos saber a qualidade desses empregos e precisamos saber até que ponto serão realizados a longo prazo.

Finalmente, um esclarecimento sobre o processo de mediação dos conflitos existentes entre as populações do Distrito e as autoridades. Os conflitos existem, são tensos e nós não temos nenhuma informação sobre o enquadramento e a negociação entre as diferentes partes conflitantes.

Com relação à abordagem económica do projecto, queremos um esclarecimento por parte do Estado com relação à sua capacidade de honrar com os termos do contracto de concepção. Efectivamente existem indícios que a própria AGRIPALMA nos invocou, em que o Ministério tem dificuldades de encontrar terras para poder incluir na concepção e que permita a AGRIPALMA atingir o seu patamar de viabilidade que é supostamente de 3 000 hectares para construção, posteriormente, da fábrica. Ou seja, existe um risco de que o Estado não consiga cumprir ao termos do contracto, o que significaria a inviabilidade e do projecto AGRIPALMA, a retirada da AGRIPALMA do País e o pedido de rescisão do contracto, e o Estado terá que assumir a responsabilidade. Então, quando se negocia uma concepção de 5 000 hectares sem saber se existem realmente esse espaço disponíveis, se está expor o Estado a consequências graves.

Primeiro, queremos um esclarecimento por parte do Estado sobre esse ponto.

Segundo, a divulgação do estudo do impacto socioeconómico das medidas previstas com relação à perda de acesso a recursos florestais linhosos e não linhosos no distrito e também pela perda de outra actividade turística do Distrito. Nós distribuimos um cartão postal de São Tomé e isso tem um impacto já hoje em dia sobre as rendas dos operadores turísticos da zona Sul que fazem parte do movimento cívico.

Terceiro, então queremos também um esclarecimento sobre essas medidas que foram previstas pelo projecto e pelo Estado para mitigar essa perda de actividade turística.

Quarto, demonstração dos efeitos positivos perspectivados pelo projecto AGRIPALMA sobre os indicadores de luta contra a pobreza nas comunidades da zona Sul. A medida com pobreza é uma causa nacional e a AGRIPALMA diz que contribui nesse esforço e assim queremos saber em que ponto, e com base em indicadores claros. Será que a política de emprego e de benfeitoria social se enquadra na estratégia nacional de luta contra a pobreza.

Quinto, queremos uma demonstração por parte do Ministério da Agricultura das vantagens comparativas que São Tomé e Príncipe tem na promoção de monocultura de palmares em detrimento de culturas alimentares e da produção destinadas a mistos de mercado mais atractivos. Foi argumentado pelo Director-geral da Agricultura que São Tomé tem uma vantagem comparativa em apostar em monocultura de palmeiras. Usou para argumentar esse ponto e mencionou a existência da Carta de Potencialidade que foi elaborada em 1958. Nós achamos que é tempo para actualizar os nossos referenciais e assim pergunto, qual é a vantagem comparativa que São Tomé tem na produção de óleo de palma, em comparação com os nossos vizinhos da sub-região? Será que nós conseguiremos ou que AGRIPALMA conseguirá produzir toneladas de óleo de palma a preços mais acessíveis do que Camarões, onde existem plantações de centenas de milhares de hectares? Será que nós temos interesses em mobilizar 5 000 hectares do nosso Território para produção de um bem que não encontrará um nível de competição suficiente no mercado internacional? E ao fazer isso em detrimento dos outras áreas económicas já identificadas e com provas de sucessos, como a agricultura biológica baseada no produto de origem, para o qual o Sr. Primeiro-Ministro recebeu um prémio ultimamente.

Nós consideramos que esse projecto tem custos de oportunidades enormes para o País e, se é estratégia do Ministério, então a cópia tem que ser revista.

Resumidamente, é a lista das nossas reivindicações, é o início de um processo. Nós estamos em sintonia com os nossos amigos da zona Sul, para levar essas reivindicações até ao vosso palco, mas temos outros palcos, na opinião pública, nomeadamente; estamos em sintonia com os nossos parceiros da

comunidade científica e das ONG internacionais, que também estão empenhados em levar essas reivindicações para outros palcos, porque é um debate muito importante, não só para as organizações, mas também para o País.

Termino por aí e agradeço a vossa atenção, mas estamos disponíveis para oferecer mais esclarecimentos e responder às vossas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — O nosso muito obrigado ao Movimento da Sociedade Civil, aqui representado pelos quatro membros, que estão a denunciar esse problema.

Queria dizer-vos que foram informações muito preciosas e muito importantes para nós, porque os Deputados da Assembleia Nacional têm como obrigação a defesa daquilo que é do interesse nacional e esta denúncia entre no sentido da defesa desse interesse. Temos acompanhado essa polémica desde que o Movimento lançou este aviso, ouvimos o Ministério da Agricultura, ouvimos o Director-geral da Agricultura, ouvimos a senhora representante da AGRIPALMA, ouvimos o comunicado que foi lançado anteontem pela AGRIPALMA, justificando a razão de ser da sua intervenção no Sul, considerando que essa violação tem vindo a ser feita de acordo com o contrato administrativo assinado com o País, em 2009.

Refutam uma série de coisas que foram aqui ditas, vocês devem saber, mas nos comentários que vêm na Internet, houve uma senhora que disse assim: «qualquer pessoa de bem vê o que fizeram na zona Sul e fica logo arrepiada. Eu estive lá, não sou técnica de coisa alguma, e apeteceu-me chorar. É triste o que fizeram, só não vê aquele que não quiser ver». Portanto, é uma frase que me deixou muito preocupado também. Do ponto de vista pessoal, tenho acompanhado e tenho alguma documentação.

Depois de ouvirmos o Movimento da Sociedade Civil, cabe-nos dizer o que sentimos, as nossas posições em relação a isso, mas quero chamar atenção, porque sei que nós todos estamos preocupados com a situação e iremos lá, como temos ido a outros locais, mas gostaria de saber dos Srs. Deputados o que têm a dizer sobre essas esclarecedoras intervenções dos elementos da Sociedade Civil.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Na verdade esse esclarecimento da Sociedade Civil é tanto que não sei por onde pegar para poder comentar, mas quero dizer o seguinte: esse projecto começou coxo, começou mal e corre o risco de acabar mal. Só sou Deputado desde agosto de 2010 e a assinatura do projecto já tinha sido em 2009. Quer dizer, quando fui eleito como Deputado o projecto já tinha sido assinado.

Em primeiro lugar, quero informar-vos, sinceramente, que conheço o projecto e antes mesmo de ser Deputado estive em Ribeira Peixe numa fábrica, junto a alguns trabalhadores e a forma como eles falavam do projecto, mesmos os trabalhadores lá dentro da Oleoginosa, já sentiam mal-estar, porque o projecto foi feito de uma maneira que eles não têm direito a tirar nem uma fruta-pão na fruteira, porque o senhor do projecto não deixa, quer dizer, dizia que a terra é dele, que está assinado no projecto; eles não podem plantar uma bananeira sequer para o seu sustento, porque a terra foi assinada como terra do projecto. Estou a dizer isto porque conheço o projecto e estive lá. O que dizem mais é que eles só tinham direito a energia eléctrica uma vez por semana, só aos sábados, das 16 às 22 horas e ponto final. Quer dizer, as pessoas já eram tratadas mal de acordo com a assinatura do projecto, mas há um problema sério que temos que analisar com a cabeça fria que é essa desflorestação da zona Sul. Na verdade, atrás de tudo isso verificou-se muito interesse individual. Quando a Dra. Celisa diz que a sociedade civil não foi consultada, tem muita razão. São dos muitos erros que se cometem em São Tomé, muitos projectos que se faz sem que a sociedade civil seja consultada. Quero dizer que não é só esse projecto, há muitos outros que se fez e que não se consultou a sociedade civil.

Mesmo na AGRIPALMA, há algo mais sério ainda, quando se faz o estudo do impacto ambiental. Quero dizer que tenho uma cópia do relatório da Região Autónoma do Príncipe, em que os técnicos daquela Região, no relatório, disseram que não querem esse projecto no Príncipe, mas ainda assim assinaram. O que estamos a ver hoje lá na zona Sul é o fruto de tudo isso, porque o que está a provocar mais esse assunto foi a forma de tentar resolver um problema, causando outro, atribuir terra para completar a Região Autónoma do Príncipe. Esse é o maior problema, é aqui onde podemos começar. Porquê? Porque não se pode, de forma nenhuma, fazer uma assinatura, sobrepondo-se a um relatório técnico. Porque é que as pessoas assinalaram isso? O meu problema está aqui, porque é que assinaram, mesmo com o relatório sobre o estudo do impacto ambiental?

Outro problema: caso não venha a acontecer, o que é que São Tomé fará? Como disse o Sr. Bastien, São Tomé e Príncipe ainda corre o risco de pagar uma pesada indemnização, como aconteceu com a Sinergy, porque não se respeita nada. Viu-se aquilo, mas se assinou mesmo contra tudo e todos. Isto é grave.

O que estamos aqui a ver é muito profundo, porque a zona Sul está a sofrer agora uma coisa que não deveria ser. Se ouvissem minimamente o relatório da Região Autónoma do Príncipe, isso não estaria a acontecer, porque também se se assinasse o que está a acontecer agora o Príncipe hoje não estaria a acontecer, o Príncipe como reserva da biosfera, porque toda a zona do Sundi seria devastada. Mesmo assim, há sinais para devastar o Sundi e estamos a ver agora que Sundi está a sofrer.

Quero dizer mais, sou Coordenador-geral do Conselho Nacional de Prevenção de Catástrofes (CONPREC), tenho relatórios em que não se pode devastar certas zonas da zona Sul, mas devastaram. O Ministro tem o meu relatório, mas quando querem fazer algo é contra tudo e todos.

Acompanhei o XIV Governo, recordo-me muito bem – não estou a falar porque o XIV Governo foi do ADI – para não se entregar as terras de Porto Alegre. As pessoas da comunidade de Porto Alegre estão cá e recordam-se que o Primeiro-Ministro do XIV Governo esteve em Porto Alegre, reuniu com a comunidade e disse que a terra de Porto Alegre não podia ser entregue à Agripalma. Estive lá naquele dia e fui para não devastarem aquelas terras, e está no relatório do CONPREC. Quando oiço agora que estão a devastar aquela zona, embora não faça parte desse Movimento, quero dizer que o CONPREC tem um relatório feito sobre essa questão e o primeiro que fizemos foi reunir com a comunidade. Temos uma comunidade chamada Comité de Risco, em Malanza, estou sempre lá, estou também sempre noutras zonas da zona Sul e sei o que estou a dizer. Portanto, é preciso analisarmos isso de cabeça muito fria, há muita coisa que temos que saber. Sobre o que o Sr. Bastien, – é tanta coisa que me perdi, porque é muita informação – quero pedir ao Movimento da Sociedade Civil para irem de ponto em ponto, porque estão a pedir muita coisa e corremos o risco de não fazermos nenhum. Então, o que peço é que tentem organizar melhor a vossa exigência junto, quer do Governo quer da Assembleia, acho que o Sr. Presidente vai tomar boa nota disso, de forma que possamos organizar melhor os nossos trabalhos, porque vi que são tantos pontos, que não sabemos por onde começar e onde terminar.

Essa é a minha opinião, acho que poderei intervir posteriormente, porque também tenho muitas informações em relação a isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima, para uma intervenção.

O Sr. **Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, serei breve.

Após a auscultação do Movimento que está aqui presente, de facto fiquei com alguma dimensão que não tinha antes. Ouvi isso pela comunicação social, mas não tinha a dimensão do problema. Fico com a sensação de que no nosso país temos mais coisas dessas e, nesse caso em concreto, pela forma como a coisa nos foi apresentada, o Ministério da Agricultura foi acéfalo nisso e isso é inconcebível. Acho que esses projectos existem e devem beneficiar a população. Não podemos conceber um projecto que crie problemas à população daquela zona. Pelo contrário, a população deve ver o benefício desses projectos de desenvolvimento que realizamos no País. Foi dito aqui que o contrato não é transparente e é lesivo ao País, mas esses contractos passam por várias instituições que temos no País vocacionadas para tal, mas isso não acontece.

Para dizer que o nosso país vai muito mal nisto e é preciso de facto encontrar o momento para travar tudo isso. Há muitos requisitos que foram aqui citados que não foram concluídos, tanto é que o Tribunal de Contas não visou o projecto. Temos que contribuir para salvar essa situação, mas uma coisa é certa, Sr. Presidente, acho que tem que ser de uma forma ponderada e encontrar uma mediação que possa de facto contribuir para que possamos ouvir as partes todas. Estamos a ouvir uma parte, é preciso ouvir outras entidades, para que tenhamos a dimensão real do problema e agir no sentido de fazer com que as coisas sejam transparentes e possam contribuir de facto para o desenvolvimento da zona Sul.

Era essa a contribuição que de momento gostaria de dar, mas a questão da mediação é muito séria e muito urgente.

O Sr. **Presidente**: — As palavras dos Srs. Deputados são muito judiciosas. Tenho aqui um comunicado da AGRIPALMA que declara: «Reputando de mais indulgente o prosseguimento da implementação do projecto, de modo a cumprir o cronograma previsto no estudo de viabilidade, a AGRIPALMA abdica-se de prestar quaisquer outras declarações, envolvendo essa polémica ambiental». Depois diz: «Quer informar que os seus escritórios situados em Ribeira Peixe, ex-EMOLVE, se encontra à disposição para consulta do público em geral e, em especial, dos membros do Movimento da Sociedade Civil toda a documentação escrita, digitalizada ou filmada que confirmam todas as afirmações e factos acima mencionados». Afirmaram que têm cumprido escrupulosamente tudo que vem no projecto, mas vê-se que a questão de fundo não é essa. A questão de fundo é que muita coisa que vem no projecto foi mal equacionada.

De maneira que queria perguntar aos membros do Movimento da Sociedade Civil se meteram uma reclamação no Ministério Público, pedindo a suspensão temporária do projecto?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Agora, queria saber se neste momento esta suspensão está a ser aplicada já ou se a AGRIPALMA continua com os seus trabalhos.

Tem a palavra a Dra. Celisa, para responder.

A Sra. **Celisa Deus Lima**: — Pusemos uma petição, pedindo ao Procurador-geral da República que interpusse a providência cautelar. Era no sentido da suspensão, não do projecto em si, mas dos trabalhos da desflorestação. Temos informações concretas de que a AGRIPALMA, neste momento, está em Santa Josefina e que já não está a utilizar os buldózers, portanto, estão a usar motosserras. A questão que colocamos é: a lei da floresta tem requisitos para as motosserras, elas têm que estar registadas, tem que haver autorização e questionamos se o próprio Ministério tem conhecimento dessas informações. Porque por termos ligações diárias com a comunidade, temos

informações actualizadas do que se passa. O próprio Ministério já reconheceu que não tem podido fazer o acompanhamento por falta de meios técnicos e, portanto, há coisas que se passam e que o Ministério não sabe.

Leria rapidamente uma das constatações da tal comissão *ad-oc*, que era uma das nossas reivindicações, isto é, a nota de esclarecimento do Ministério da Agricultura: «Quanto a questão dos lixos ecológicos, porém, esta recomendação não fora cumprida de forma rigorosa e constatou-se que, infelizmente, alguns morros foram desbravados, contrariamente às recomendações da equipa de seguimento». Portanto, são as tais zonas de alto valor de conservação que o próprio Ministério reconhece.

Para dizer aos Srs. Deputados que a AGRIPALMA subcontrata empreiteiros que têm máquinas para fazerem os trabalhos de desbravamento. Portanto, quem está a desbravar não é a própria AGRIPALMA. Temos dúvidas de que Agripalma tenha GPS, que a área a ser desmatada esteja devidamente identificada e que esteja a ser feito um trabalho coordenado. Os senhores empreiteiros das empresas de construção civil, através dos seus trabalhadores, estão apenas a desbravar o que lhes aparece pela frente. Portanto, é uma das constatações feitas pelo próprio Ministério que vem nos dar razão. Há mais, eles reconhecem nesta matéria.

Quando falávamos de interesse público, a empresa AGRIPALMA veio dizer que só de forma apaixonada é que poderíamos constatar que tínhamos hipotecado 5% do nosso Território. Tenho o artigo 8.º do contrato de investimento, que diz: «Obrigações do Governo. a) São obrigações do Governo transferir e colocar à disposição do investidor os terrenos concessionados objecto do contrato de concessão, de acordo com todos os mapas e inventários anexos ao referido contrato;

b) «Afectar à posse do investidor AGRIPALMA Lda. para os fins exclusivos de actividade objecto do contrato de concessão todas as construções e infra-estruturas património da empresa EMOLVE, bem como terrenos situados na empresa agro-pecuária Ribeira Peixe – Sede, EMOLVE, Empresa Agro-Pecuária Porto Alegre, Empresa Agro-Pecuária Sundi do Príncipe...» e há aqui uma falha que diz «com uma superfície total de 665 hectares». Isto está errado, porque os 665 hectares perfazem apenas a zona da antiga Empresa EMOLVE e esta alínea b) faz referência à totalidade dos aproximadamente 5 000 hectares.

Mas leria a alínea c) que é a mais importante: «Os bens referidos na alínea anterior são e continuarão a ser propriedade do Estado. O concessionário gozará de todos os direitos, prerrogativas e obrigações do proprietário sobre os referidos bens, sem contudo poder aliená-los e sobre reserva de uma autorização prévia e escrita do Governo». Por derrogação, o Governo reconhece e autoriza os termos do presente contrato ao investidor a hipotecar, no todo ou em parte os referidos bens exclusivamente para as necessidades de financiamento das actividades previstas no plano de investimento, objecto do contrato de concessão. Portanto, que não nos subestimem e que não nos chamem de ignorantes, mas isto aqui nos parece que está devidamente claro.

Para dizer aos Srs. Deputados que a AGRIPALMA, por não ter autorização, o visto do Tribunal de Contas, e precisava de ir buscar financiamento, temos informações, mas não a podemos provar, infelizmente, de que obteve uma autorização conferida pelo anterior governo e com essa autorização passou por cima do visto do Tribunal de Contas, e foi buscar investimentos. São informações que obtivemos do Tribunal de Contas.

É bom que se diga que, em bom rigor, isto é um projecto que perpassa vários governos e todos têm intervenção. Por acção ou por omissão, toda a gente tem intervenção até agora e esperamos é que este Governo possa fazer alguma coisa de uma vez por todas.

Portanto, para lhes dizer que neste momento efectivamente poderemos ter 5% do nosso Território hipotecado e o que perguntamos é que se para a AGRIPALMA investir no nosso país tivemos que lhes dar 5% para hipotecarem, creio que o Estado não tomasse poderia fazer esse investimento e ser do Estado. Não precisaríamos de um investidor que supostamente deveria trazer dinheiro para darmos 5% do nosso Território para ele ir buscar dinheiro.

Portanto, compreende-se que de facto a empresa AGRIPALMA não tenha aparecido no debate que foi feito na televisão, é uma pena, porque teria contribuído para esclarecer muita coisa. Compreendemos que os comunicados lacónicos da empresa AGRIPALMA se reduzam a estes que temos visto.

Para dizer aos Srs. Deputados que o memorando foi assinado em Março de 2009 e não foi assinado com a empresa AGRIPALMA, foi com a SOCFINCO.

Precisamente hoje demos entrada a um pedido à Direcção do Património que nos forneça o memorando que foi assinado com a SOCFINCO e mais tarde quem aparece é a AGRIPALMA e não a SOCFINCO.

Pretendemos também ir à sede da empresa AGRIPALMA, na base da transparência, e pedir o acesso a todas as documentações, já que a AGRIPALMA se disponibiliza a nos fornecer esses elementos.

Para informar aos Srs. Deputados que também pedimos uma audiência com o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Presidente da República e o Sr. Presidente da Assembleia Nacional. Portanto, esses pedidos terão dado entrada ontem nessas diferentes instituições e aguardamos ser recebidos pelos responsáveis destas instituições.

O Sr. **Presidente**. — Dra. Celisa, a AGRIPALMA, em relação à questão da acção social, que disseram aqui na vossa intervenção, eles têm um ponto 10 de um comunicado, que diz o seguinte: «AGRIPALMA Lda. refuta a apreciação feita de que a sua acção social, no quadro do projecto, é displicente, quando só com os salários dos trabalhadores dispensam um montante mensal de Dds. 1 500 000 000 000, empregando cerca de 800 trabalhadores e só dentro de 8 anos começará a ter o retorno dos investimentos previstos para o projecto». Vocês podem comentar esta passagem?

A Sra. **Celisa Deus Lima**: — O Sr. Bastien vai comentar e só queria fazer uma pequena referência a uma questão que me parece importante. Este projecto, tal como está a acontecer em São Tomé, ocorreu exactamente igual, uma cópia fiel, na Sera Leoa e noutros países africanos e houve até prisões. O cenário é exactamente igual. Também que no início dos trabalhos já um caso curioso, de um belga a quem foi subconcessionado o trabalho de desflorestação, foi a um banco são-tomense buscar 150 000 euros e depois, do nada, desapareceu. Portanto, é apenas para vos falar também de outras questões a que este processo está envolvido.

Essa questão dos postos de trabalho, da questão social, creio que o Sr. Bastien está em melhores condições de responder.

O Sr. **Presidente**: — Outra questão que gostaria de saber do movimento é se de facto esse projecto foi rejeitado em Angola e em Moçambique, se é um projecto completamente igual e se isso corresponde à verdade?

A Sra. **Celisa Deus Lima**: — Não temos essas informações.

O Sr. **Bastien Loloun**: — Sr. Presidente, temos informações, basta uma pequena pesquisa no Google, sobre as actuações da SOCFINCO, que é conselheira e assistente técnica da AGRIPALMA nesse projecto, que está envolvida em várias polémicas, não só em São Tomé, como a Sra. Celisa mencionou, também em Sera Leoa, Camarões, Gabão e outras paragens.

Dos estudos realizados pelas direcções e instituições desses países e também ONG, não só ambientalistas, mas também de defesa dos direitos humanos e outras temáticas, apontam para uma série de problemas à volta desses projectos. Minimamente em 2009, 2010 já existia toda essa documentação e podemos ter pelo menos mais cautela ao avaliar os detalhes dos contractos a serem feitos.

Com relação à questão do emprego, vou ler a nossa reivindicação nos pontos 2 e 3, em que pedimos esclarecimentos pela política do emprego e com relação a infra-estruturas sociais anunciadas. Efectivamente, Dbs. 1 500 000 000 00, se dividirmos por 800 chegamos ao valor de Dbs. 1 875 000 00 por pessoa e é um salário considerável na zona sul, mas questionamos o impacto desse salário na redução dos indicadores de luta contra a pobreza.

Foi argumentado também pelo Director-geral da Agricultura que cerca de 1000 empregos que vão ser, eventualmente, potenciados com a construção da fábrica e o alargamento do projecto, que esses 1000 empregos depois, indirectamente, irão beneficiar 4000 pessoas no Distrito de Caué, tudo bem, isso consta na declaração, mas agora pergunto: os empregados da AGRIPALMA que se manifestaram na televisão disseram «nós ganhamos Dbs. 70 000 0 por dia», é preciso ver qual é o trabalho que se pede para fazer por esses Dbs. 70 000 00. Existe no terreno muitas indicações de que o trabalho é muito esforçado para esse valor, que ninguém se atreveria a fazer isso em outras condições, mas, enfim.

Quero fazer um pequeno cálculo: se são Dbs. 70 00000 por dia, vezes 1000 pessoas, mesmo trabalhando a todo momento, dividindo depois para 4000 pessoas indirectamente afectadas, chegamos a um nível de remuneração inferior a um dólar por dia, que é o limiar da pobreza. Ou seja, essa remuneração, como é formulada agora, não permite às pessoas ultrapassarem o seu nível de pobreza e estamos perante um projecto que foi projectado para 75 anos. Ou seja, vamos manter as pessoas de Porto Alegre, Malanza, Dona Augusta e Ribeira Peixe no limiar da pobreza durante 75 anos? Será que não temos outras coisas mais interessantes para fazer para tentar dar-lhes oportunidades de melhoria das suas condições de vida?

Então, reconhecemos o esforço financeiro feito, entendemos que para uma empresa é uma aposta que, segundo eles, será reembolsado apenas após 8 anos de investimento, tudo bem, mas isso não retira a necessidade de uma reflexão profunda sobre o efeito deste tipo de projectos sobre os objectivos que o Estado fixa para o desenvolvimento do País.

Por isso pedimos, sem reclamar dos engajamentos – repito, a AGRIPALMA tem o seu papel a jogar na zona Sul também, esclarecimentos para saber que tipos de emprego foram criados, qual é exactamente aquela taxa de emprego, porque sabemos que muitos desses 800 empregos são precários, que de um dia para outro podem acabar sem os devidos benefícios sociais, em termos de cobertura de saúde e por aí fora. Então chamamos o Ministério do Trabalho para que também investigue este caso, é um projecto estruturante para a zona Sul, fazer uma investigação para ver se efectivamente todas as normas de trabalho do País são respeitadas e, seguidamente, se os próprios engajamentos da empresa ao solicitar uma concessão ou benefícios do Estado cumprem esses engajamentos. É apenas isso que queremos, para evitar que esse projecto, em vez de ser estruturante, seja um projecto desestruturante para a zona Sul.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Quero cumprimentar o Sr. Presidente, porque é a primeira vez que venho a uma reunião da 4.^a Comissão, e a todos os presentes aqui.

Dizer que, finalmente, começamos a dar algum rumo à política em São Tomé e Príncipe. Antes dizia-se que os políticos e a política eram coisas sujas, nojentas e etc., mas chegamos à conclusão que todos temos que fazer política neste país; que é necessário que todos façamos política para que realmente o País possa conhecer um futuro melhor.

Quero felicitar ao Movimento da Sociedade Civil pela sua iniciativa, embora um pouco chorando sobre o leite derramado, mas, enfim, não é apenas por sua culpa, porque todos temos culpa nesse processo.

Quero também felicitar a 4.^a Comissão por essa iniciativa que, embora tardiamente, finalmente chegou o momento. Digo que todos temos culpa nesse processo porque a Assembleia Nacional também tem culpa neste processo. Temos Deputados representantes do povo que residem na zona Sul do País, têm passado por ali todos os dias e têm assistido a esse género de coisas e que deveriam ter colocado essa questão na Casa Parlamentar e não o fizeram. Portanto, pessoalmente recorro ter levantado já essa questão há dada altura, quando cheguei a São Tomé, mas não pude continuar com o processo tendo em conta uma gama de problemas que tinha pela frente e que não me facilitava entrar neste âmbito.

Fui algumas vezes convidado para participar em actividades da AGRIPALMA e da SOTOCOA, recusei participar para que não me visse envolvido quando tivesse que fazer algumas críticas sobre essas situações. Daí que posso agir com maior tranquilidade possível, porque também sou um dos defensores do meio ambiente e de que o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe não se faça com a desmatção, como se tem verificado na zona Sul do País.

Enfim, estamos agora perante algumas reivindicações, que são várias, uma prende-se com a terra que está a ser tomada aos agricultores de mão beijada. Acho que esse factor de retirar a terra também movimentou um pouco esse espírito de estar das pessoas e de agir, porque talvez se tivesse procedido a alguma indemnização certamente teria mitigado alguns problemas. Porque temos assistido também em algumas zonas do País onde se tem estado a indemnizar as pessoas e tem estado a acontecer coisas terríveis. Se vamos para a zona de Cantagalo, como a praia Mecias Alves, onde os moradores estão sendo indemnizados, abandonando a sua zona de habitação de longos anos para ceder aos empresários que precisam de ocupar o espaço e as pessoas estão vivendo praticamente a Deus dará, porque preferiram vender a terra para poder, enfim, sobreviver. Mas é bom que essas coisas comecem a aparecer, porque é um alerta de que todos aqueles que comprem a terra do Estado, ou que tem vindo a comprar terras do Estado qualquer dia poderão vir a responder por essa acção, que tem também trazido alguns prejuízos para o nosso processo de desenvolvimento.

A segunda questão que temos nesse âmbito prende-se com o problema ambiental, que é um dos problemas focais deste Movimento. Portanto, o Movimento da Sociedade Civil traz duas questões: primeira, é a questão ambiental; segunda, é a questão da transparência na gestão da coisa social e da coisa pública. Portanto, são duas questões importantes que gostaríamos que a sociedade civil organizada nos pudesse munir de documentos necessários com relação a isso, que também a 4.^a Comissão pudesse proceder a uma visita ao terreno e constatar *in loco* o que se está a passar naquela parcela do nosso Território e, a terceira questão, tomar uma decisão quanto a essa questão. Não é uma decisão que se tem que tomar com moleza, porque já se tomou algumas aqui que foram discutidas no Parlamento, segundo tenho conhecimento — por exemplo, como a pedreira de Almas/rio Manuel Jorge, que até hoje continua na sua acção, mas já foi discutido aqui, já se tomou medidas e até agora a população continua reclamando e nada feito. Portanto, é bom que se tome medidas e que elas sejam realmente sustentáveis e que tenham que ser cumpridas.

Com relação a esse projecto, acho que enquanto ouvinte, não enquanto Deputado, não ouvi e nem vi em nenhum programa de governo algo com relação a este projecto, que deveria constar como prioridade do Governo para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, nem tao pouco nas GOP do Governo. Entretanto assistimos que, sem haver esses programas, têm havido medidas no terreno que lesam os interesses da nossa sociedade.

Daí que, costumo dizer que «debaixo deste angu há muito carvão», realmente da forma como as coisas estão e, por algum conhecimento que tenho deste processo, acho que se formos mexer no angu encontraremos muitos carvoes que serão preciso tirar antecipadamente, antes que nos quebrem os dentes. Posto que peço a colaboração, quer da sociedade civil organizada, quer dos Deputados e, uma vez que o caso já está entregue à Justiça, que tudo se faça para podermos desvendar completamente este e outros que não se aparecem.

Dizer que precisamos bastante das actividades e das acções do Movimento da Sociedade Civil, porque não podemos estar constantemente a assistir coisas que passam por nós. Os Deputados quando falam, por vezes pensam que ele está a vender o seu peixe, que está a fazer politiquice e as pessoas muitas vezes não tomam a sério, mas o tomam quando a sociedade civil levanta. Tenho a certeza de que se a sociedade civil se tivesse levantado quando tínhamos aqui os navios durante 9 meses nas nossas águas territoriais e ninguém sabia o que estava a fazer, certamente ter-se-ia tomado isso em conta com melhor seriedade. Esta e muitas outras coisas que não vale a pena levantarmos para não ferirmos susceptibilidades neste momento, mas acho que temos que felicitar o Movimento da Sociedade Civil por isso e posso vos garantir que essa luta também é minha e podem contar com todo o meu apoio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, temos que começar este problema da AGRIPALMA de princípio e não quero que o misturemos com nenhum outro problema...

O Sr. **Presidente**: — Esse problema de...?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — De AGRIPALMA, que o discutamos sem ter em conta problemas paralelos, porque é um projecto que começou mal e a frente de todos nós.

Digo mais, quando começou esse problema de AGRIPALMA inda não era Deputado, mas já o conhecia. Só fui Deputado em agosto de 2010 e esse problema já existia. Discutia o problema do AGRIPALMA sem saber realmente o efeito que poderia vir a acontecer para o futuro de São Tomé e hoje estamos a ver esse efeito.

Agora, como disse e continuo a dizer, como coordenador do COMPREC já disse o que poderá acontecer em São Tomé se vamos devastar Porto Alegre. O que disse aqui os habitantes de Porto Alegre, eles vão ter problemas com o rio, vão ter seca. Eles têm lá um lago que fornece peixe e não vai haver esse lago, porque a quantidade de chuva que se vê na zona Sul vai diminuir. Tendo em conta isso, a fome é uma catástrofe. A população de Porto Alegre vive de quê? Mandioca, milho e por aí fora e não terão a chuva. Quando assinaram esse projecto deveriam fazer um estudo real da situação. O COMPREC nasceu em 2011 e temos um estudo feito, porque é que não o fizeram? Temos que ter cuidado com isso, porque nós, digo «nós» os políticos, de vez em quando tomamos decisões sem ter em conta o estudo técnico. Porque muitas vezes achamos que somos melhores que os outros, mas não é assim e esse erro que de vez em quando fazemos, como disse aqui a Dra. Celisa, somos fazedores das leis, mas somos os primeiros a pisá-las. Temos que pagar por isso e pagamos caro por tudo que fazemos. Por isso é que volto a dizer, é preciso analisar friamente o problema da AGRIPALMA e temos que o documentar. Sabemos que o nosso Tribunal é muito lento nalgumas decisões, se queremos resolver mais um problema deste tipo – que não são poucos os problemas que temos para resolver – é preciso que a Assembleia Nacional se posicione perante essa situação. Se for necessário já na próxima semana vamos para a AGRIPALMA recolher documentos, vamos para Porto Alegre e recolher subsídios da população, é preciso agirmos e sem termos em conta assuntos paralelos. Atacamos esse problema e vamos atacar outro, quem faz mal deve pagar, pura e simplesmente, seja quem for.

Ouvi o Primeiro-Ministro a dizer que ninguém está acima da lei, mas e São Tomé há lei para uns e não há lei para os outros e isso é que é mau. Temos que levar as coisas como é devido, uma por uma. AGRIPALMA, vamos resolver o problema da AGRIPALMA. Se for o problema, como disse aqui o Sr. Deputado Jorge Amado, há o problema dos navios, vamos resolver o problema dos navios. Temos que resolver, mas um por um e sem paralelismos, se não, não fazemos nada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Jorge dos Prazeres, para um esclarecimento.

O Sr. **Jorge dos Prazeres**: — É relacionado àquilo que o Sr. Deputado falou sobre salários de Dbs. 1 80000000 e também a quantidade de pessoas que lá trabalham, que são cerca de 800 trabalhadores. Isso realmente não consta a verdade, porque a AGRIPALMA não tem trabalhadores efectivos, somente estes.

Depois também a execução do Ministério no terreno da AGRIPALMA, acho que eles têm que começar a parar e ver as coisas porque nós que estamos por trás observamos que eles nem estão a ver. Por exemplo, houve um indivíduo em Ribeira Peixe que foi abordado no seu terreno, resistiu e eles lhe disseram «não, nós não temos culpa, vai ter com esses senhores do Ministério, porque eles já tomaram o valor». Então o indivíduo revoltou-se tanto com machim na mão e não permitiu que ninguém entrasse na sua roça, porque queriam tomar-lhe a roça, como disse o meu irmão, de mão beijada. Um rapaz que é tão trabalhador, enfim, mas a AGRIPALMA queria tomar, junto com a Agricultura, a sua roça para plantar palmeiras. Essa é uma situação.

Outra situação é que a política do Ministério é de tomar roças das pessoas, o que não aceito. Sou agricultor, sou trabalhador e na minha, se aparece uma visita agora não pode entrar na minha roça e qualquer maneira porque me esforço muito e trabalho a minha roça com os meus próprios meios e está bem organizada. Depois o Estado vem dizer que vai tomar a minha roça, agora como sempre digo aos meus colegas, quem não trabalha roça o Estado toma e eu e os demais que a trabalham, o quê que o Estado está a fazer em prol daquelas pessoas que trabalham a roça?

Então é por esta razão que tantas pessoas lá em Porto Alegre estão a revoltar-se. Se o Estado deu roça a uma pessoa, da maneira como a deu, uns abandonaram, outros trabalharam, mas para tomar a roça tem que fazer um negócio. Acho que é assim. Porque as pessoas em Porto Alegre não queriam tomar roça em 1998, Sr. Presidente, mas as pessoas do Ministério mobilizaram as pessoas e então o pessoal decidiu tomá-la. Depois garantiram às pessoas que para essas roças que estão mais encapoeiradas o Ministério iria criar um recurso para ajudar a desbravar a terra para as pessoas plantarem. Começou um projecto, terminou e até hoje as pessoas de Porto Alegre esperam o Estado para ajudar na resolução dos problemas e o Estado sempre volta as costas.

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete, para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Quero agradecer esse Movimento Cívico contra a desflorestação do País que nos esclarece, não profundamente porque o tempo não é suficiente para termos as informações necessárias sobre o assunto, mas de qualquer maneira dá-nos uma noção mais aprofundada em relação àquilo que tem passado na comunicação social.

Digo que, talvez, passássemos para o fundo da questão, que é o tal contrato de concessão, como é que ele foi discutido e como é que foi negociado. Porque se tomássemos em consideração alguns aspectos, facilmente poderíamos chegar à conclusão de que não teríamos 5000 hectares de terras disponíveis para um contrato desse tipo. Como foi dito aqui, a empresa EMOLVE tem cerca de 600 hectares de palmar, se partimos do princípio de que muita terra foi abandonada e que a tal floresta secundária hoje em dia já apresenta aspectos de floresta primária, em que já há nela uma série de seres vivos, deveremos ser um pouco mais cautelosos. Digo claramente que o Ministério da Agricultura não tem a noção de qual é a sua área para agricultura neste momento. Digo isso com muita certeza.

Ninguém sabe neste momento qual é a terra utilizada para diferentes tipos de agricultura. Na zona Sul, sabemos claramente que na zona mais costeira é difícil para esse tipo de cultura. Entretanto, quando se atribui logo 5000 hectares de terra, quer dizer, isso foi uma atribuição quase sem conhecimento. Por isso é que me admira como é que esses contractos são assinados desta maneira.

Foi levantado muitas questões aqui, como a dos benefícios fiscais. Acho que há matérias dessas que é da competência da Assembleia, que se passou por cima e com mais agravante de se assinar um contracto sem que o Tribunal de Contas se pronunciasse.

Então, seguiria que víssemos melhor as documentações, porque já temos o contracto na nossa posse e há outros documentos que não temos, que recolhêssemos todos esses documentos e a partir dali passaríamos à acção, porque a reivindicação deste Movimento Cívico, uma das medidas é a suspensão temporária do derrube, tem lógica porque não sabemos até onde é que isso vai chegar. Tem as suas influências na bacia hidrográfica, na biodiversidade, então este pedido é bastante legítimo. Entretanto, se quisermos avançar com mais brevidade possível, como se disse aqui, a iniciativa é da 4.^a Comissão para que viesse cá esse movimento. Agora vamos munir-nos de mais documentos e depois passar à acção, para vermos como resolver essa questão, porque um projecto desse tipo, em que se dá uma concessão de 50 anos...

O Sr. **Presidente**: — 75 anos.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — 75 anos, enfim, e para um tipo de cultura em que se se vai fazer um estudo comparativo até não dá uma grande potencia. Tanto na nossa sub-região como fora dela há países muito mais fortes que nós e com preço de produção muito superior ao nosso, com preço de mercado muito mais atractivo. Talvez pudéssemos acelerar todo esse processo para que pudéssemos também contribuir de uma maneira favorável para evitar que haja a desflorestação na zona Sul.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Primeiramente gostaria de felicitar o Movimento da Sociedade Civil por esta acção e dizer que estamos há tempo de podermos salvar a zona Sul, não só como salvar todos aqueles que viviam do fruto daquela zona que está a ser devastada.

Estamos perante um problema e é necessário encontrarmos uma solução para podermos também salvar a nossa biodiversidade, a nossa próxima geração desta agressão violenta de uma acção humana, que vem na origem de um erro humano. Daí que acho que devemos todos envolver nesse processo, para que o meio ambiente, a biodiversidade e a próxima geração possa vir a disfrutar de um São Tomé e Príncipe melhor e não de um São Tomé e Príncipe que vamos deixar sem nada para herdar.

Nessa questão identifiquei dois problemas, um que é esta agressão ao meio ambiente e outro tem a ver com todos os vícios administrativos que envolvem este projecto. Como vêem, antes do projecto estar a dar frutos já está a causar-nos danos significativos. Daí que, Sr. Presidente da 4.^a Comissão, gostaria que pudéssemos, da nossa parte, dinamizar no sentido de trazermos aqui a este palco pessoas envolvidas que nos possa prestar esclarecimentos, por um lado sobre o que está a acontecer e por outro, sobre todo o processo que envolveu a assinatura deste projecto. Até agora não ouvimos nenhuma reacção da parte dos titulares da pasta, sobretudo o Sr. Ministro da Agricultura e, se calhar, podíamos também ouvi-lo. Ele podia vir aqui prestar-nos informações daquilo que está a acontecer, sobre o que o Governo está fazer até agora em relação a esse caso, porque acho que é um caso grave e o Governo não reagiu até agora, está tudo no silêncio. Não é uma boa atitude, embora o Sr. Primeiro-Ministro já tenha dito que está à espera de documentos para depois reagir, mas se calhar já deveria ter feito uma visita ao Sul para se informar também um pouco a olhos nus do que está a acontecer.

Como vemos, segundo o Movimento, ainda continuam com a devastação. Usavam um tipo de arma, mas agora estão a usar outro, o trabalho da AGRIPALMA está a continuar normalmente e até o Governo reagir se calhar vão devastar uma enorme área. Por isso é que o Ministro deveria agir e fazer alguma coisa em relação a isso, porque sabemos que a Justiça é um pouco lenta e o executivo tem que agir nesse sentido.

Da nossa parte, Sr. Presidente, que possamos rapidamente fazer alguma coisa aqui na Assembleia Nacional, através da nossa Comissão, para podermos investigar e ter conhecimentos. Já temos informações suficientes passadas pelo Movimento e se calhar distribuíríamos isso para os Srs. Deputados da 4.^a Comissão, para podermos estudar e contribuir com a nossa parte para ajudar na defesa daquilo que é a nossa biodiversidade e o nosso meio ambiente. Porque não são só as pessoas que beneficiam com aquele património natural que nos foi oferecido pela natureza, mas também todas as pessoas que visitam São Tomé e Príncipe. Por isso, Sr. Presidente, peço-lhe encarecidamente que possamos acelerar esse processo e ajudar a encontrar informações e soluções rápidas para estabilizar esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tinha pedido a palavra era para fazer praticamente o mesmo apelo que o Sr. Deputado que me antecedeu acabou de fazer. Que, como disse, precisamos de obter as documentações necessárias, em primeiro lugar, isso é muito importante que nos faça chegar essas

documentações para podermos analisar todo esse processo. E quando falo não quero referir a que tipo de governo, quando esteve nem como esteve. Queremos toda a documentação para podermos analisar o envolvimento de todos nesse processo. Isto é muito importante e, por outro lado, muito importante ainda que a 4.^a Comissão se diligencie mais rapidamente possível e, se possível ainda nesta semana que se faça uma deslocação à EMOLVE para poder ver se continua o processo de devastação da zona Sul do País. Se continua, é necessário que possamos deixar em primeira mão as nossas orientações, no sentido de suspenderem esse processo. Como sabe, se deixarmos alguma orientação, ela começará já a sortir algum efeito. É necessário conhecermos tudo quanto está à volta deste processo para podermos impedir outras questões que poderão vir a surgir no País do mesmo tipo.

Quando falei o Sr. Deputado usou a palavra depois de mim dizia que se tinha que separar as águas. Quando fiz uso da palavra não quis de maneira nenhuma misturar as águas, mas sim quis felicitar a Sociedade Civil por ter levantado uma questão importante e que existe muitas outras questões que gostaríamos que a Sociedade Civil também se debruçasse sobre ela para ajudar-nos, os políticos, a entendermos e a posicionarmos como deve ser.

Daí que quero contar com toda a sua colaboração para que o mais rapidamente possível se possa entender esse processo.

Quando se fala que o Ministério da Agricultura não tem o conhecimento das suas áreas, isto é uma questão que é de lamentar, porque se elaborou, salvo erro em 1998, a carta de política agrícola, em que se estabeleceu as plantações que deveriam ser conduzidas para diversas áreas do País e aquela área toda era conhecida como uma área potencial no desenvolvimento do gado bovino. Acho que o Ministério da Agricultura posteriormente voltou a rectificar essa carta e acho que o Ministério da Agricultura tem documentos e se tem estado a violar essas documentações existentes também temos que saber o que motivou no sentido de desvio daquilo que corresponde à nossa carta agrícola.

É claro que nós em São Tomé como não temos o hábito de investigar muito, muitas coisas são feitas sem conhecimento. Soubemos aqui através do Sr. Bastien que houve, no ano 2012, uma dissertação sobre a biodiversidade em São Tomé e Príncipe que considerava a zona tampão de floresta primária, zonas de florestas virgens. Acho que o próprio técnico do Ministério da Agricultura provavelmente não conhece, porque o estudo não foi devidamente divulgado. É bom que esses estudos sejam devidamente divulgados, que a gente tenha conhecimento, mas quando se erra por falta de conhecimento técnico isso é uma coisa diferente, quando se erra porque se tem vontade de cometer erros saber-se-á tomar medidas que diferenciam uma coisa da outra. Daí que aconselharia a Sociedade Civil que continuasse a aprofunda-se esses casos todos e que nos brindasse sempre com algum material que pudesse sustentar a nossa argumentação, quando falarmos deste e de outros casos. Infelizmente não somos Deputados profissionalizados e não sendo profissionalizados não podemos debruçar-nos totalmente sobre essas questões. Portanto, agradecíamos também a vossa colaboração por isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Bastien Loloun.

O **Bastien Loloun**: — Sr. Deputado, acabei de entregar, na Secretaria, o resumo da tese de doutoramento a que fiz menção, do Dr. Ricardo Lima, que foi publicada em 2012, uma tese de doutoramento sobre a gestão do uso do solo e suas consequências sobre «a biodiversidade endémica» que permitirá na sua análise ver a relação que existe entre diferentes tipos de coberturas vegetais e adaptação ou não das espécies endémicas em determinados tipos de ecossistemas. Esse é um dos elementos que vem engrossar a nossa argumentação do ponto de vista científico, mas existem várias outras publicações científicas de diferentes ordens, doutoramento, mestrados, como artigos científicos publicados em revistas científicas reconhecidas. Temos essas documentações todas, foram apresentadas em várias ocasiões, são documentos técnicos, reconheço isso, mas quanto a vulgarização, o Dr. Lima apresentou em conferências pública no final do ano passado no Centro Cultural Brasileiro os resultados da sua investigação que incluía vários técnicos do ambiente como elemento de investigação. No momento das suas investigações futuras, junto com a 4.^a Comissão, como foi dito, vai juntar outros documentos, consultar outros intervenientes, tanto a nível das instituições como a nível da empresa e de outras partes interessadas. Chamamos a atenção da necessidade de convidar à discussão o Sr. Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente e também o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, porque são os dois Ministérios que têm tutela nesse aspecto, mas também por favor, consultem a nível técnico as direcções, para eventualmente apurar diferenças de discursos que possam aparecer. Temos tido esses casos, em que o ministro fala uma coisa, o director fala outra coisa e depois não há coordenação entre as instituições. Muitas vezes a nível técnico, que são geralmente pessoas que estão lá a acompanhar o processo durante muito tempo, não tem como levar as suas recomendações aos governantes como deve ser ou como seria desejável.

Existe também a falta de coordenação institucional entre instituições de ministério diferentes. A Direcção-geral da Agricultura e a Direcção Geral do Ambiente muitas vezes não comunicam suficientemente e como resultado entrega-se 250 hectares do parque dentro da concessão. É importante também ouvir os técnicos mais baixos que têm elementos que achamos complementar para entenderem esse problema.

A Direcção-geral do Ambiente, o Sr. Director Arlindo Carvalho, é uma das pessoas que compartilha muito os nossos argumentos, o Director do Parque Natural Ôbô de São Tomé, que apesar de a sua área não ser atingida é parte interessada no projecto, porque no seu plano de gestão aprovado para 2009 até 2014 contempla a zona tampão do parque, estamos dentro da zona tampão e normalmente para o bom funcionamento dessa zona deveria ter tido uma intervenção do parque a favor, ou pelo menos uma opinião do Director do Parque com relação ao uso a ser feito da zona tampão, mas não foi o caso.

O Director da Floresta também tem algo a dizer, porque houve várias infracções notadas na Lei da Floresta. A Direcção da Floresta tem tentado ir ao terreno observar essas infracções, mas com como foi dito, por causa da falta de meio não conseguiram cumprir as suas atribuições.

A Direcção-geral da Agricultura e os seus diferentes serviços devem ser ouvidos com relação às escolhas que foram feitas. Temos uma pequena dúvida com relação à isenção do Sr. Director-geral da Agricultura, Carlos Espírito Santo, Pascoal, que é Director-geral da Agricultura, mas ao mesmo tempo é membro do Conselho de Administração da AGRIPALMA, representando a parte do Estado. Temos alguma dificuldade em entender como é que esse senhor pode falar com isenção, defender o interesse dos pequenos agricultores e ao mesmo tempo defender os interesses da Empresa, desempenhando a função estratégica junto ao Ministro, de seguimento e acompanhamento dos projectos estratégicos. Esta é uma questão que acho que a Assembleia tem competência para apurar, para enriquecer o nosso debate. É uma questão que deve ser trazida ao palco e sem esquecer outras direcções e Ministérios que indirectamente são afectados pelo projecto, nomeadamente o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo que ao ver o seu Plano Director do Turismo a ser afectado pelo projecto não foi tido nem achado e, eventualmente, o Ministério dos Assuntos Sociais e Trabalho, representações sindicais para ver se o direito de filiação ao sindicato é respeitado, se houve algumas inspecções ou algumas trocas entre os líderes sindicais e os trabalhadores da empresa, enfim, todas as partes interessadas que podem ser envolvidas, de forma que possam ter informações exaustivas e não parciais, como em alguns casos. Temos muitas informações sim, mas falta-nos muitas coisas também. Não temos solução para tudo, a nossa posição é apenas a nossa posição, também é preciso ter uma abordagem crítica com relação a todos os elementos que levamos ao congresso. É esse apelo que faço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, quase que me sinto ultrapassado em muitas coisas e como sempre dizemos «tudo que é um problema, é um problema e todo problema pode ter uma solução» desde que unamos as forças para podermos chegar a um porto mais feliz.

Falou aqui o senhor residente de Malanza que a única zona disponível, e conheço bem a zona, na verdade dentro do projecto do CONPREC foi designada como uma das zonas que iremos retirar à população da zona costeira e construir casa para elas naquele local. Para dizer que já temos financiamento e só nos falta começar a construção para as pessoas naquela localidade. Ouvir agora que já começaram a meter lá os tractores, vou questionar isso. O que fazer com a população de Malanza? É uma zona que está altamente vulnerável a catástrofes. Quero dizer-vos que em Malanza nem sequer dá para construir barreira de protecção. A única forma que vimos para salvar a população de Malanza é retirar a população e fazer uma nova localidade para aquela população. Se vão atribuir essa zona para plantio de palmeiras, vou interrogar. Vê-los a desaparecer no mar? É um assunto. Por isso o que disse o Sr. Bastien nem toda a equipa foi consultada e trabalho num assunto que vai beneficiar a população e não sei de nada. Temos uma equipa que vai deslocar para o terreno já na próxima semana, precisamente para fazer o estudo de Malanza e como construir para a população. E o que irão fazer nesse sentido?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Adelino dos Prazeres.

O Sr. **Adelino dos Prazeres**: —Sr. Presidente, gostaria de dar a conhecer um facto de uma injustiça social que tenho conhecimento. Estou a prever que a Direcção da Floresta, do jeito que vejo as coisas, deve estar a ser manipulada pela AGRIPALMA, porquê? Como cidadão tenho a minha parcela de terra, preservei as madeiras durante o tempo que estive na parcela e chegou um momento que necessidade me bateu a porta e pretendi abater uma ou duas árvores, o que acontece? Um dos nossos colegas em Porto Alegre, há 2 semanas, abateu duas plantas de gôgô para fazer construção, é a nossa realidade, e as madeiras que servem para a nossa construção são elas que a AGRIPALMA está a traçar e a considerar como lixo, como se não tivessem serventia, mas para nós tem. Quando o colega abateu as plantas houve uma intervenção urgente das Florestas. Analisamos e questionamos o porquê dessa intervenção se a própria AGRIPALMA está a desbravar terras e não tem havido intervenção das Florestas. O colega que cortou apenas duas madeiras houve logo intervenção, vejo isso como uma injustiça social. Estive com um vereador da Câmara de Caué e disse-lhe que quando as pessoas estão no poder tentam abusar dos pequenos, mas esquecem que o poder não é uma profissão e é uma coisa limitada. Portanto, devem respeitar as nossas necessidades. Por exemplo, falou-se da política agrícola, em princípio o governo da ADI, na intervenção da AGRIPALMA na zona Sul, uma das áreas onde queriam ocupar é onde a população tem a sua lavra. Se o

projecto veio para nos ajudar, porquê ocupar a parte que pertence à população? É um meio de sobrevivência das famílias.

Se a população não agisse, certamente a área toda estaria ocupada. Como ficaria as nossas lavras. Houve uma outra intervenção na zona de Vaiã, intervenção drástica mesmo e a população também agiu. A população agiu duas vezes e a primeira o Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, deslocou-se da cidade para lá e ele respeitou a voz da comunidade. A segunda vez que a AGRIPALMA interveio na zona de Vaiã a comunidade voltou a manifestar-se. Se todo esse espaço vai ser ocupado pela AGRIPALMA, vamos ficar em zero. Como cidadão temos o direito de reclamar os prejuízos que poderá nos causar futuramente, não podemos ficar calados com a situação.

Segundo a AGRIPALMA, vieram para ajudar a comunidade e para desenvolvimento do País. O que aconteceu quando manifestamos sobre a intervenção na zona de Vaiã? Todas pessoas da comunidade que faziam trabalho extra na AGRIPALMA foram retiradas do trabalho. Se é uma empresa que veio para ajudar a população, essas atitudes para mim são negativas. Há registos de várias ocorrências e espero que a Assembleia possa averiguar para saber o que está a se passar.

O Sr. **Presidente**: — Chegamos ao fim desta auscultação parlamentar, para vos dizer que para nós ela foi excelente, na medida que em que trouxe à baila problemas muito variados, que afectam e que poderão vir a afectar ainda mais o Sul do País, porque os efeitos ambientais, económicos e sociais são múltiplos e de forte repercussão.

Falando com alguém que entende muito dessa matéria do ambiente, dizia-me que os efeitos ambientais podem ser absolutamente devastadores. Disse-me que: «daí pode ocorrer a extinção de espécie autóctones, empobrecimento irreversível do solo, alteração climática local com contaminação de outras áreas circundantes, empobrecimento definitivo da flora e da fauna local e do País, descaracterização definitiva da paisagem, contaminação de aquíferos e ribeiros e no futuro empobrecimento económico e social daquela zona de forma definitiva». Quer dizer que esses efeitos são tão catastróficos que merecem de facto aquilo que se disse aqui, que entre Assembleia Nacional e o Movimento da Sociedade Civil passa a haver um relacionamento muito próximo, de modo a que em conjunto possamos ser catapultadores na resolução desse problema que afecta o Sul do nosso país. Depois há um aspecto que é quase psicológico em algum de nós. Tenho paixão pelo Sul porque quanto a mim é a parte mais atractiva de São Tomé e Príncipe. Há quem goste do Norte, mas eu mesmo nos escritos falo muito sobre o Sul, de maneira que sou um apaixonado pelo Sul. Por isso, desse encontro saiu algo muito importante que é estarmos todos de acordo que a defesa que temos que fazer deve ser mais vigorosa possível, mais urgente possível e mais clara e aguda possível.

Falamos aqui de alguns aspectos, falamos a *montante* e a *jusante*. A *montante* há problemas também. Temos que ver os contractos, a falha que houve na fase inicial da assinatura dos contractos e da parte da Assembleia Nacional temos que ir rapidamente ao Sul.

Ouvimos a descrição feita por vós, mas tenho a impressão de que vamos ficar muito mais impressionados ainda quando virmos o Sul devastado, termos a visão clara e directa do problema.

Termo dizendo ao Movimento da Sociedade Civil que apreciamos muito a vossa vinda, a clareza e a profundidade das informações que transmitiram, porque elas irão ser muito úteis para a acção que iremos desencadear e dizer também que em qualquer altura gostaríamos de contar com o vosso apoio e a vossa presença, se ela se tornar necessária, porque a partir de agora esse Movimento da Sociedade Civil e a Assembleia Nacional, tal como disse, iremos estar a frente da batalha em defesa do Sul de São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado pela vossa presença.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 15 minutos.